



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial de Equideocultura				
Título:	Reunião Ordinária N. 24				
Local:	Campos de Jordão Convention Center - Campos do Jordão/SP				
Data da reunião:	29/04/2016	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00

Pauta da Reunião

14:00h - Abertura da reunião e aprovação da ata anterior

14:15h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de reuniões 2016 – confirmação
- Informativo ASPAR

14:30h – Atualizações a respeito do mormo, diagnóstico e política de erradicação:

- Informe sobre a reunião no DSA nos dias 14 e 15 de abril para discussão de temas relacionados ao controle e erradicação do mormo – Coordenador do GT de Sanidade Rui Vicenzi
- Proposta de nova normativa – Presidente da Câmara e representante da DSA
- Informe sobre os casos de isolamento da bactéria do mormo – Presidente a partir de dados do DSA
- Relato sobre o Projeto Cananéia – Verificar com Dr. Guilherme quem são as técnicas de São Paulo que participarão da reunião
- Informações a respeito de pesquisas da Embrapa sobre mormo e a respeito da pesquisa de teste de mormo pelo método Elisa – Representante da Embrapa e DSA
- Proposta de realização de reunião com o Fórum dos Secretários estaduais de Agricultura - Presidente
- Posição do Ministério da Saúde a respeito do mormo – Informe a partir de comunicação do DSA

15:45h – Desativação do terminal de carga viva do aeroporto de Viracopos - Presidente

16:00h – Informações a respeito da normativa do Plano Geral de Apostas – SPRC/MAPA

16:10h – Simulcasting Internacional:

- Apresentação do contrato firmado entre JCB e PMU – Presidente, a partir de dados fornecidos pela SPRC
- Discussão a respeito de eventual diminuição das apostas em corridas locais com o simulcasting internacional (PMU) – Eduardo R. Guimarães da APFT

16:30h – Informações a respeito da publicação da normativa das importações de Equinos – SPRC/MAPA, Luis Felipe

16:35h – Informações a respeito da normativa que institui o novo Código Nacional de Corridas – SPRC/MAPA

16:40h – Disponibilização do trabalho de atualização do Complexo do Agronegócio Cavalos

16:50h – Assuntos Gerais

17:00h - Encerramento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	FLÁVIO OBINO FILHO	ABCPCC	PR	
2	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
3	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO	ACST/MAPA	PR	
4	Sophia Rondon de Medeiros Baptista de Oliveira	ABCCMM	PR	
5	Patricia Monaco Brossi	ABCCMM	PR	
6	JAYME IGNÁCIO REHDER NETO	ABCCRM	PR	
7	MARCELO DE ARAUJO PESSOA	ABQM	PR	
8	RUI CARLOS VICENZI	ABRAVEQ	PR	
9	MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES	APFT	PR	
10	EDUARDO RATTO DE FREITAS GUIMARÃES	APFT	PR	
11	GUSTAVO HENRIQUE TREMONTI DE FREITAS	JCB	PR	
12	ROBERTO BELINA	JCPR	PR	
13	DEUCLIDES PALMEIRO GUDOLLE	JCRS	PR	
14	LUIS ALBERTO MARINHO	JCSP	PR	
15	CAROLINE STEPHANY INOCENCIO	ACST/MAPA	CO	
16	LUIZ FELIPE MAIA	CODERE	CO	
17	CASSIANO RICARDO RIOS	GTC BRASIL	CO	
18	BRENO WELTER	SAA/SP	CO	
19	FERNANDA MAGRINHO	SAA/SP	CO	
20	ROGÉRIO JUNQUEIRA	SAA/SP	CO	
21	SABRINA M. LATORRE DIZ	SAA/SP	CO	
22	LUCIO LEITE	SAA/SP	CO	
23	LUIZ OTÁVIO SILVEIRA	SAP/MAPA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

Abertura da reunião: a 24ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Equideocultura foi aberta às quatorze horas e nove minutos do dia 29 de abril de 2016, no Campos de Jordão Convention Center, Campos do Jordão/SP, pelo Presidente Flávio Obino Filho que agradeceu a todos os presentes, registrando a presença dos convidados Joseph Levy da empresa Pari Mutuel Urbain - PMU e Felipe Maia da empresa Codere e justificou a ausência do Thomas Walter Wolff, representante da Confederação Brasileira de Hipismo - CBH.

Aprovação da Ata da ata anterior: o Presidente informou que a ata foi encaminhada aos membros por e-mail e indagou se havia alguma observação a respeito dela. Eduardo Ratto de Freitas Guimarães, representante da Associação Paulista de Fomento ao Turfe – APFT, solicitou que fosse retificada a fala do Sr. Pedro Laudo Camargo em sua manifestação a respeito da nova normativa dos planos de apostas. O Presidente falou que o Sr. Pedro não estava presente e que não havia feito nenhuma manifestação no sentido de alterar o texto, destacando que na ata está retratada a sua manifestação, conforme foi realizada. Eduardo falou que, em seu entendimento, o problema é o foco da questão e disse não aceitar a colocação feita pelo Sr. Pedro e que o debate sobre esse assunto deve ser muito aprofundado. O Presidente informou que esse assunto está pautado nesta reunião e que se o Sr. Eduardo pretende discuti-lo, poderá



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

fazer no momento oportuno, reafirmando que a ata da 23ª reunião não será modificada neste ponto, tendo em vista retratar a colocação feita pelo Sr. Pedro naquela ocasião. A representante da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Mangalarga Machador - ABCCMM, Sophia Rondon de Medeiros Baptista de Oliveira pediu que fosse registrado que a Associação do Machador solicitou a gravação da 23ª reunião e que foi informada, pelo Presidente, que a referida reunião não foi gravada, devido a problemas ocorridos no equipamento de gravação daquele encontro. O Presidente disse que falaria do assunto da gravação nos informes. Informou, também, que as alterações solicitadas na ata da 23ª reunião ordinária serão feitas e que a ata retificada será encaminhada eletronicamente aos membros do colegiado e levada para aprovação e assinatura na próxima reunião.

Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: o Presidente informou que a reunião agendada para o dia 30 de março entre a Ministra Kátia Abreu e os Presidentes das Câmaras foi adiada, de última hora, e sem a indicação de nova data. O Presidente relatou que, logo após o encerramento da última reunião da Câmara, a assessora Daniela Santana, responsável pela elaboração da ata, o informou de que a reunião não havia sido gravada, devido a problemas técnicos e que passados alguns dias, a ABCCMM oficializou o pedido de disponibilização da gravação daquela reunião, que foi respondido informando que não havia essa possibilidade, visto que a reunião não tinha sido gravada por problemas técnicos. O Presidente garantiu que essa situação não foi criada após a reunião, pois logo que a reunião foi encerrada ele recebeu a informação de problemas da área técnica. Dando prosseguimento aos trabalhos, passou a palavra ao Secretário da Câmara, Francisco Facundo, para proceder com as informações da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas ACST. Facundo cumprimentou a todos e pediu desculpas pelos transtornos referentes a última reunião, informando que já foram tomadas as providências junto aos responsáveis da área de audiovisual do MAPA e na sequência informou sobre:

a) Calendário de reuniões 2016 – confirmação: o Secretário informou que está agendada mais uma reunião para o ano de 2016, no dia 29 de setembro em Brasília. O Presidente disse que nesta reunião será feita indicação de nomes para ser encaminhado ao Presidente do CONSAGRO, com o objetivo de que seja designado o novo Presidente da Câmara, visto que, o seu mandato está acabando e é inelegível, por já ter sido reconduzido uma vez. Facundo esclareceu que não é de praxe se fazer eleição para indicação de presidentes de câmara, pois isso poderá gerar uma disputa interna e indesejada no âmbito do colegiado, visto que nas câmaras sempre se trabalha na busca de consenso em torno dos temas relativos às mesmas. Explicou, ainda, que regimentalmente a Câmara deveria indicar três nomes para a Presidência, para que o(a) Ministro(a), enquanto Presidente do Consagro, faça a escolha e a consequente designação, por meio de Portaria Ministerial. Para finalizar, disse que antes da próxima reunião, a Assessoria das Câmaras enviará aos membros, deste colegiado, uma comunicação a respeito deste assunto, para que se prepare para indicar os três nomes. O Presidente falou que esse novo formato não o agrada, porque isso pode gerar desconforto na Câmara, caso o nome escolhido pelo Presidente do CONSAGRO não seja o de consenso; **b) Informativo ASPAR:** o Secretário informou que será disponibilizado no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> o relatório da Assessoria Parlamentar do MAPA contendo os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e são de interesse do setor.

Atualizações a respeito do mormo, diagnóstico e política de erradicação: dando continuidade à pauta, o Presidente informou que não havia nenhum representante do DSA/SDA/MAPA presente na reunião, mas que seriam prestadas informações sobre o assunto. Explicou que foi criado, no âmbito do MAPA, um grupo especial de trabalho para tratar especificamente do mormo e que a Câmara Setorial de Equideocultura faz parte deste grupo, representada pelo GT de Sanidade, que é coordenado pelo Dr. Rui Carlos Vicenzi, representante da Associação ABRAVEQ. Dito isso, passou a palavra ao Dr. Rui para que ele fizesse um relato sobre as reuniões realizadas, no Ministério da Agricultura, nos dias 14 e 15 de abril



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

e aproveitou a oportunidade para agradecê-lo pela recepção da reunião da Câmara neste evento. O Dr. Rui agradeceu a presença de todos e falou da satisfação em recebê-los no Congresso da ABRAVEQ. Na sequência, apresentou os questionamentos colocados e as respostas apresentadas nos dois dias de reunião no Ministério da Agricultura. Falou a respeito da nova versão da Instrução Normativa, que está sendo elaborada e do novo protocolo temporário previsto para o mormo. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. A representante da ABCCMM, Sophia Rondon, destacou que, se o estudo de prevalência será feito através de fixação de complemento pelos estados, é necessário se estabelecer um procedimento operacional padrão e um valor de corte. Eduardo Ratto questionou se existe a chance de ter novos laboratórios credenciados para triagem. Rui falou que isso foi discutido e que há essa possibilidade. Sophia relatou que, em conversa com Leandro Barbieri de Carvalho, da Coordenação de Laboratórios do MAPA, foi informada que está em processo de negociação com a OIE, a acreditação de um laboratório de referência no estado do Pará. Disse não entender o porquê de o laboratório ser no Norte do país, visto que o maior índice de animais está nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. Eduardo esclareceu que o maior número de casos clínicos documentados é em Pernambuco e talvez por isso justifique a definição da localização do laboratório no Norte e Nordeste. A também representante da ABCCMM (suplente), Patrícia Monaco Brossi, ressaltou que, o que se tem visto, é que as determinações federais não têm se cumprido na esfera estadual, gerando preocupação com a autonomia dos estados, neste assunto e questionou a respeito do novo protocolo que será desenvolvido no prazo de um ano. Dr. Rui explicou que a pesquisa em Cananéia já está em andamento e que já foram apresentados os resultados parciais, que mostraram como os animais responderam para fixação de complemento para ELISA e WB. Nesses testes foram identificados alguns animais verdadeiramente positivos e negativos. Relatou, também, que os resultados ainda estão sendo tabulados, mas que ficou claro que não há a montanha russa de resultados dos anticorpos. Sophia questionou se os testes realizados em Cananéia estão sendo testados em outros laboratórios dentro e fora do país, como pede a OIE. Dr. Rui disse não ter essa informação. Sophia também demonstrou a sua preocupação com a autonomia dos estados para tratar do assunto. O Presidente falou que a autonomia dos estados também o incomoda, pois, um dos pontos prioritários é a padronização de procedimentos. Disse que, segundo a Consultoria Jurídica do Mapa, a estrutura prevista na Constituição Federal é que dá autonomia aos estados e só uma alteração na Constituição Federal mudaria isso. Falou, ainda, sobre a determinação de realização da necropsia que não é cumprida pelos estados e sugeriu que seja feita uma ação civil pública, para obrigar as secretarias a fazerem a necropsia em todos os animais sacrificados, sob pena de responsabilização e multa. Tendo o aval da Câmara, o Presidente falou que procuraria o Ministério Público Federal para tentar viabilizar esta questão. Todos concordaram com a sugestão. O Presidente falou do projeto para criação de áreas livres para fazer corredor sanitário para exportação e importação, destacando que vai solicitar informações a respeito deste projeto. Solicitou, ainda, a Secretaria da Câmara que busque acessar as atas das reuniões realizadas nos dias 14 e 15 pela Comissão Especial, para repassar aos membros da Câmara. Referente à Instrução Normativa do Mormo, o Presidente relatou que o assunto já foi discutido na Câmara e que a IN já foi para consulta pública duas vezes e irá novamente. Disse que o DSA se comprometeu a enviar, para Câmara Setorial, à última versão que será submetida a nova Consulta Pública nos próximos dias, com as adaptações feitas após as consultas públicas anteriores e **propôs e foi aceito**, por todos, que o Grupo de Sanidade da Câmara seja incumbido de trabalhar em cima desse texto, para propor novas contribuições para serem encaminhadas, em atendimento à consulta pública ora anunciada sendo as mesmas acatadas sem necessidade de deliberação pelo Colegiado. Marcelo Pessoa solicitou a palavra para falar a respeito do novo protocolo temporário e falou que é importante ter uma padronização de testes e isso não significa unificar só o antígeno. Eduardo ressaltou que estamos distantes de uma solução definitiva e que na prática não afeta a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

exportação para os EUA, acrescentando que o problema são as exportações para a Europa e Oriente Médio o que inviabiliza a exportação de cavalos e a importação de reprodutores por temporadas, trazendo enormes prejuízos a criação do cavalo de corrida. Questionou, então, ao Presidente se já foi considerada uma negociação com a União Europeia e com o Oriente Médio, para que eles adotem procedimentos similares aos americanos. O Presidente explicou que a normativa da OIE é a adotada pelos EUA, porém os países têm autonomia nas suas determinações internas e relatou que há cerca de três anos, quando havia poucos casos de mormo na região Sudeste, tentou se trabalhar via Itamaraty, mas o quadro se tornou endêmico e isso tirou os argumentos para negociações. Em face das discussões em torno do assunto, o Presidente sugeriu que o GT de Sanidade se reúna e prepare um documento sobre esse assunto para ser enviado aos membros da Câmara. O presidente lembrou que atualmente fazem parte do GT de Sanidade a Abraceq, ABCPCC, ABCCC e ABCCQM. A ABCCMM e o JCSP demonstraram interesse em participar do GT sendo admitidos. O Presidente finalizou esse assunto e falou que das últimas reuniões essa foi a mais elucidativa e proveitosa sobre o mormo. Finalizando este tema, o Presidente informou que está prevista uma segunda audiência no Senado, dia 19 de maio, para tratar do mormo, na qual o Dr. Rui Vicenzi participará, na condição de Presidente da Abraceq e Coordenador do GT de Sanidade, como representante da Câmara. **Encaminhamento 1)** solicitar a ata das reuniões ocorridas no dia 14 e 15 de abril no DSA e a minuta do Projeto para criação de áreas livres. **Responsável:** Secretaria da Câmara; **Encaminhamento 2)** analisar a última versão da proposta de IN do Mormo, tão logo seja submetida à Consulta Pública, para elaborar e propor contribuições da Câmara à nova proposta, a serem encaminhadas ao DSA/SDA/MAPA. **Responsável:** GT de Sanidade, Coordenador: Rui Carlos Vicenzi, da ABRAVEQ. **Encaminhamento 3)** buscar forma para viabilizar a realização de ação civil pública, com o objetivo de obrigar os estados a cumprir uma determinação nacional, de que ocorra a necropsia de todos os cavalos sacrificados por mormo. **Responsável:** Presidente da Câmara, Flávio Obino.

Antes de passar ao tema seguinte, o Secretário da Câmara pediu a palavra e solicitou aos membros que as sugestões de alteração da ata sejam feitas preliminarmente, visto que ela é enviada a todos, por e-mail, antes das reuniões e informou que a ata da 23ª RO será, novamente, enviada a todos com as alterações solicitadas, assim como a ata desta reunião. O Presidente se comprometeu a fazer as alterações solicitadas e enviar a todos. Sophia informou que, se a ata da reunião anterior não refletir o que aconteceu, a ABCCMM solicitará a abertura de um inquérito para verificar o motivo da reunião não ter sido gravada.

Desativação do terminal de carga viva do aeroporto de Viracopos – Presidente: o Presidente relatou que recebeu do Sr. José Carlos Guimarães, através da ABCPCC, uma comunicação do Aeroporto de Viracopos informando que o terminal de carga viva seria desativado até o dia 30 de abril com a possibilidade de ampliação do prazo. O Sr. Eduardo Guimarães confirmou a informação e disse que é importante que a Câmara se posicione, enviando um ofício ao aeroporto questionando o encerramento das atividades. O Presidente colocou a sugestão em votação e todos concordaram. Para dar mais informações, o Presidente passou a palavra a Cassiano Ricardo Rios, que participava da reunião como convidado, que informou que essa questão já está em discussão há dois anos, desde que Viracopos propôs a terceirização do terminal de cargas vivas, entretanto não surgiu nenhum interessado. Relatou que o novo terminal de passageiros fica ao lado do terminal de cargas vivas e que o Serviço de Vigilância Agropecuária já havia informado que quando se iniciassem as operações do terminal de pessoas, o de carga viva seria desativado. A JURCAIB, associação de empresas de carga, participou de reunião e se posicionou dizendo que continuaria a atender os usuários, mesmo que em outro aeroporto, o que gerou uma pressão visto o seu fluxo de operação. Diante disso houve a prorrogação da desativação do terminal por mais 60 dias. A vantagem é que nesse período o projeto do novo terminal de cargas vivas já está pronto e está sendo viabilizado. O Presidente agradeceu ao Sr. Cassiano pelas informações e reafirmou



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

que a Câmara vai encaminhar ofício ao aeroporto solicitando informações. **Encaminhamento:** encaminhar ofício à Administração do Aeroporto de Viracopos, solicitando informações sobre o encerramento das atividades do terminal de carga viva. **Responsável:** Flávio Obino Filho – Presidente da Câmara.

Inversão de Pauta - Informações a respeito da publicação da normativa das importações de Equinos – SPRC/MAPA: o Presidente informou que o texto já foi aprovado e está na Consultoria Jurídica do Mapa desde janeiro aguardando a liberação. Disse não entender o que está acontecendo, visto que esse texto foi construído em conjunto com o Mapa durante dois anos. O Secretário da Câmara se comprometeu em verificar o andamento do processo, informando que, ainda nesta semana, o Gabinete da Ministra havia solicitado à Assessoria das Câmaras, um quadro com as pendências de cada Câmara e esse assunto foi encaminhado.

Informações a respeito da normativa do Plano Geral de Apostas – SPRC/MAPA: Luiz Otávio Amaro da Silveira, técnico designado pelo Secretário do Produtor Rural e Cooperativismo para tratar dos assuntos relacionados ao turfe falou que a IN está pronta desde outubro e que também esbarra no parecer da CONJUR. Informou que houve alguns problemas técnicos no processo e ele foi devolvido no momento em que a Ministra queria fazer a mudança do Turfe para o Ministério do Esporte. Para sanar esses problemas, Luiz disse que esteve em Brasília, concluiu o projeto e o enviou à CONJUR, com parecer favorável e com todos os pontos que haviam sido questionados, sanados. Falou, ainda, que o sr. Arno Junior, enquanto Diretor do DEPROS/SPRC, disse que trataria disso com a CONJUR, para que essa norma fosse aprovada e publicada. O Presidente disse que é importante ressaltar que a IN foi da CONJUR para a área técnica, tendo essa reafirmado o seu posicionamento, portanto, tanto a Câmara quanto a área técnica do MAPA fizeram o seu papel. O representante do Jockey Clube do Paraná – JCPR, Roberto Belina, sugeriu que, diante dessa informação, e que vai ser prorrogado o encaminhamento até se resolver a questão da transferência do turfe, para o bem da normativa, poderia se reabrir a discussão sobre ela. O Presidente destacou que esse processo já teve problemas por causa dos processos apensados com novas propostas e disse que não se pode mais alterar o texto que está para aprovação, porque senão o processo vai começar do zero. Informou, também, que, em relação as propostas enviadas pelo Sr. Roberto, as leu com cuidado, mas existem questões que cabem muita discussão e que essas discussões não precisam acontecer necessariamente no âmbito da Câmara, e sim no Grupo de Revitalização do Turfe, que precisa voltar a se reunir. O Sr. Eduardo Ratto falou que o grupo de revitalização do turfe congrega os Jockeys Clube, mas o turfe não é composto só por eles. Solicitou, também, que a discussão sobre a IN seja reaberta, visto que ela, na sua essência, não atende o Turfe no geral e disse que a considera lesivo para o turfe brasileiro o Simulcasting Internacional da maneira que está proposto na referida norma. O Presidente ressaltou que a IN foi para consulta pública e que todos tiveram a oportunidade de se manifestar, sendo que muitos se manifestaram. Falou, ainda, que todas as associações de criadores e proprietários foram envolvidas no processo, além de todos os Jockeys Clubes pequenos. Eduardo afirmou que a APFT enviou diversas propostas que não foram refletidas na IN. O Presidente falou que tiveram várias propostas que foram incorporadas e muitas que não foram acatadas e afirmou que como Presidente não vai reabrir essa discussão na Câmara, sugerindo novamente que essas questões sejam discutidas no grupo de revitalização do turfe, do qual a APFT pode fazer parte por ter se tornado membro permanente da Câmara. O Sr. Belina contextualizou o problema do JCPR e ressaltou não achar justo o que está sendo proposto na IN referente ao Simulcasting Internacional. Eduardo reafirmou que, em sua opinião, a solução não é o Simulcasting Internacional. O Presidente encerrou a discussão falando na importância da reativação do GT de Revitalização do Turfe.

Informações a respeito da normativa que institui o novo Código Nacional de Corridas – SPRC/MAPA: foi informado pelo Sr. Luiz Otávio que foi solicitado que se faça uma comparação entre a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

normativa antiga e o que está sendo proposto, com as devidas justificativas. Presidente propôs que o GT de Revitalização do Turfe apresente esse trabalho no prazo de 60 dias. Luiz Otávio completou dizendo que a CONJUR também informou que não se posicionará a respeito deste tema, enquanto não houver uma decisão sobre a questão da transferência das atividades turfísticas para o Ministério dos Esportes. Luiz Otávio informou que a CONJUR questionou a competência da Câmara para tratar deste tema, tendo o Presidente informado que a Câmara Setorial vem discutido este tema e encaminhado contribuições, atendendo à pedidos do Ministério da Agricultura, portanto não há que se falar sobre competência e a Câmara continuará trabalhando este tema junto ao MAPA. Após as discussões, restou a **DECISÃO** de que a proposta de alteração do CNC aprovada pela Câmara e área técnica do MAPA, será organizada em quadro comparativo em relação ao Código Vigente, devendo ser destacadas as supressões, alterações e inclusões, com as devidas justificativas, ficando o GT com a incumbência de apenas organizar as alterações já aprovadas, para facilitar o exame pela Consultoria Jurídica. **Encaminhamento:** encaminhar, ao MAPA, no prazo de 60 dias, o quadro comparativo entre o Código Nacional de Corridas vigente e a proposta de alteração aprovada pela Câmara e área técnica do MAPA. **Responsável:** GT de Revitalização do Turfe, que é coordenado pelo Sr. Sérgio Coutinho Nogueira. Também **foi decidido** que a APFT passará a fazer parte da composição do GT de Revitalização.

Simulcasting Internacional: o Presidente abriu a palavra às empresas PMU e Codere para falar sobre o modelo de negócio que está sendo adotado com os Jockeys Club por cada uma das empresas. O representante da PMU Brasil, Joseph Levy, agradeceu o convite, apresentou a PMU e o seu modelo de negócio, além dos objetivos da empresa e seus números. Eduardo Ratto disse conhecer a PMU há bastante tempo, relatou a sua experiência com a empresa e questionou qual porcentual das apostas feitas nos guichês dos hipódromos e nos pontos de venda. Josef falou que não tem o número de cabeça, mas deve ser em torno de 90% nos pontos de venda. Eduardo perguntou se está contemplado na proposta os pontos de venda no estilo da França ou serão somente nas agências e disse que queria ter acesso ao contrato para uma melhor análise. Josef explicou que as apostas no Brasil serão através das agências. Gustavo Henrique Tremonti de Freitas, representante do Jockey Club Brasileiro – JCB, disse que o contrato é aberto aos sócios do Jockey Clube e se colocou à disposição para esclarecer qualquer ponto que não esteja sob confidencialidade. Explicou que o modelo buscado com a PMU não é o que existia anteriormente e é muito parecido com o da França, sendo que existe um cronograma de abertura de pontos de venda. O Presidente falou que hoje existe uma normativa vigente para apostas, ressaltando que apostas de corrida de cavalos só são permitidas nesse País para fomento da atividade da equideocultura. Disse, ainda, que o Simulcasting Internacional só foi aprovado com o apoio da Câmara Setorial de Equideocultura com este foco e com detalhamento dos valores destinados a prêmios de proprietários e criadores e que é imprescindível que todos conheçam as condições do contrato, solicitando que o contrato seja enviado à Câmara. Falou, também, que é importante que a Câmara tenha acesso ao contrato de aditivo da CODERE com o Jockey Clube do Rio Grande do Sul. O Presidente passou a palavra ao Sr. Luiz Felipe Maia, representante da CODERE, que disse concordar com o Sr. Eduardo quando ele disse que o turfe é maior que os Jockeys clube e lembrou que a IN 48 vigente não permite a instalação de pontos de venda no Brasil, como existem na França. Destacou que o conteúdo internacional vem para reduzir o custo médio de corrida, porque a partir do momento que se consegue captar apostas sobre um espetáculo que não se tem despesa para realizar, só se tem lucro sobre as apostas, o que viabiliza a atividade. Falou, ainda, que a estratégia da CODERE, hoje, é tentar captar um público novo para o turfe e citou o lançamento do site de apostas do JCRGS, que será lançado ainda no mês de maio. Para concluir, Luis Felipe falou que, em relação ao Plano Geral de Apostas do Rio Grande do Sul, que foi aprovado em 2014, teve o seu contrato apresentado conforme estabelece a IN 48. O Presidente passou a palavra ao Sr. Luiz Otávio que apresentou os números do turfe nacional e Simulcasting Internacional. Eduardo



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

reafirmou que a solução para o turfe não é o Simulcasting Internacional e o Presidente falou que não foi afirmado que a solução seja o Simulcasting Internacional, entretanto é uma ação importante para o turfe. O Sr. Deuclides Palmeiro Gudolle, representante do JCRGS falou que é importante o investimento das empresas nas apostas em corridas de cavalo, mas que a atividade só será viável quando forem liberadas as apostas em slot machines nos hipódromos a exemplo do modelo argentino.

Disponibilização do trabalho de atualização do Complexo do Agronegócio Cavalos: o Presidente relatou que esse estudo foi enviado a todos e viu que a grande maioria o disponibilizou nos sites de suas entidades. Indagou se os membros querem deixar o estudo somente nos sites ou se há o interesse na publicação desse material, observando que se a opção for pela impressão, as entidades do setor terão que assumir os custos, já que o Ministério da Agricultura não dispõe de recursos para isto. Todos os membros concordaram com a publicação do material e o Presidente solicitou, então, auxílio financeiro para publicar. Os membros pediram para que o Presidente formalize o pedido, tendo ele se comprometido a enviar, às entidades, os orçamentos que já recebeu.

Assuntos Gerais: o Presidente abriu a palavra aos membros para tratar de assuntos pertinentes à reunião. O Sr. Luiz Otávio pediu a palavra e contextualizou a situação do Jockey Club de São Paulo que sofrerá uma autuação e espera uma defesa consistente por parte do JCSP, cuja manutenção da atividade é vital para o turfe brasileiro. Disse que está à disposição para auxiliar o JCSP no que for possível desde que respeitadas as normas em vigor. O Sr. Luis Alberto Marinho, representante do JCSP, falou que está em contato com o MAPA e explicou que a entidade já está preparando um plano de recuperação para ser entregue. Ressaltou, também, que o JCSP está empenhado em sair dessa situação e que a atual administração tem como objetivo regularizar as ações que não foram regularizadas no passado. Marinho parabenizou o Sr. Luiz Otávio pelo seu trabalho, que tem como objetivo maior, a regularização de todo o turfe dentro da realidade nacional. O Presidente falou que tudo que puder ser feito pela Câmara para auxiliar o JCSP será feito. Marcelo Pessoa disse que não fez parte do Grupo do bem-estar animal e que o bom trabalho realizado pela Câmara foi de grande valia para a ABQM, que conseguiu destravar a realização de um evento, graças a ele. O Presidente disse que muito se devia ao competente trabalho feito pelo GT que tratou do assunto, agradecendo em especial a Dra. Liziê e ao Sr. Celso Arras Minchillo, representante da ABQM. Para finalizar sua intervenção, Marcelo demonstrou o seu descontentamento pelo Departamento de Saúde Animal - DSA não enviar nenhum representante, pela segunda vez consecutiva, para falar sobre o projeto de Cananea. A ABCCMM corroborou a posição do Sr. Marcelo referente à ausência do DSA. O Presidente disse que a reunião anterior contou com a participação de representante do DSA, ressaltando, no entanto, que quando as reuniões são realizadas fora de Brasília, há grande dificuldade de participação de representantes de órgãos governamentais. Para finalizar, o Presidente solicitou que o Secretário verifique a representação da Embrapa, visto que, o representante atual não faz mais parte do corpo técnico daquela Empresa Pública. **Encaminhamento:** fazer contato com a EMBRAPA para rever sua representação nesta câmara. Responsável: Secretário do colegiado, Francisco Facundo.

Encerramento: o Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais assuntos a serem tratados, encerrou a reunião, às dezoito horas e dez minutos, e eu, Caroline Stephany Inocêncio, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário e Presidente da Câmara.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------